

## ■ Linguagem e pós-fordismo

.....Christian Marazzi

### **Máquinas lingüísticas**

Quando se diz que com o pós-fordismo a comunicação entra em produção, torna-se fator diretamente produtivo, coloca-se em causa a linguagem que, por sua vocação, está na base do comunicar. A coincidência entre o ato de produzir e o ato de comunicar do novo paradigma produtivo abre um leque de problemas à análise da linguagem, tão fascinante quanto de extrema complexidade e densidade. Não será, portanto, possível, nos limites desta reflexão, resumir as múltiplas questões colocadas pela entrada da comunicação em produção. Poderemos apenas destacar alguns nexos, algumas correlações entre o “modo de produção por meio de comunicação” e suas possíveis conseqüências políticas.

Vamos, primeiramente, definir o problema. Falamos, a propósito da época fordista, de separação entre universo econômico da empresa e sistema político, institucional e administrativo; entre sujeito empresarial e sujeito político, entre inovação e execução. Esta separação teve sempre um caráter pragmático, servindo para melhor definir os âmbitos de operatividade dos sujeitos, aqueles que operam no mundo da economia e aqueles que “fazem política”.

Entre estas duas “esferas” houve sempre uma relação de funcionalidade recíproca: o agir instrumental do empresário não pode passar sem o agir do político. Olhando o interior de cada empresa, o trabalho executivo do operário na linha de montagem não pode dispensar a programação empresarial dos técnicos, dos “colarinhos brancos” e vice-versa. Aos operários, no curso da história industrial, sempre foi pedido que formassem conselhos técnicos para melhorar o processo produtivo, introduzindo modificações no maquinário usado em cada seção ou na organização dos

procedimentos de trabalho. Mas, e este é o ponto, estas sugestões dos operários deveriam ser depositadas em uma caixa colocada em cada seção, como se fossem uma informação secreta ou privada entre cada operário e o Escritório de Projetos.

Esta separação funcional tem caráter histórico, muda no tempo e está na origem das transformações do modo de governar, justamente porque lida com lógicas e linguagens diversas. Corretamente, André Gorz, na abertura de seu estudo sobre as “metamorfoses do trabalho”, cita Max Weber quando descreve a transição do modo de produzir pré-industrial para o industrial<sup>1</sup>.

Antes do capitalismo industrial, a esfera da produção propriamente dita era predominantemente de tipo doméstico e a esfera familiar privada coincidia com a esfera do trabalho direto artesanal, o que definia seus tempos e modos de execução. O industrial que utilizava operários a domicílio dava-lhes ampla autonomia em relação às formas de organização, ao número de horas de trabalho e à melhor organização das relações intra-familiares para levar a produção a termo. O empresário só aparecia com a produção acabada.

Esta forma de organização capitalista, radicada na tradição, tinha uma racionalidade incontestável. Tradicional era o modo de vida, tradicionais eram as taxas de lucro, a quantidade de trabalho fornecido, o modo de gerir a empresa e as relações entre empresários e operários. Tudo isso dominava a condução dos negócios, subjacente ao “espírito” e à ética daquele tipo de empresário pré-industrial.

No momento em que o empresário, explica Weber, decide aumentar seus negócios além dos níveis tradicionais, é obrigado a dar uma reviravolta na forma de sua organização produtiva, a organizar a fábrica fechada, a contratar os operários que antes trabalhavam a domicílio para utilizá-los segundo lógicas diversas das precedentes. Nasce o trabalho assalariado e, com ele, nasce uma nova racionalidade: a racionalidade econômica no sentido estrito. Weber chega mesmo a afirmar que a racionalidade capitalista nasce de um “elemento de irracionalidade” porque o “homem econômico” escolhe, doravante, existir em função de seu trabalho, de sua empresa, “e não o contrário!” É fato que esta racionalidade econômica vai se impor, em

seguida, como única racionalidade, enquanto aquilo que Max Weber havia podido deduzir a partir de sua reconstrução da transição da época pré-industrial à industrial era antes a existência de uma pluralidade de racionalidades. Ou seja, a vida pode ser racionalizada de acordo com perspectivas últimas e em direções extremamente diferentes. O fato de existir uma só racionalidade - a racionalidade econômica - depende, em última análise, de como essa racionalidade governa a sociedade; isto é, o modo como se impõe sobre todas as outras racionalidades, sobre todos os outros modos de vida possíveis, depende da forma política melhor organizada para representar funcionalmente esta racionalidade.

A interação entre trabalho industrial e forma política, que está na base do capitalismo industrial, é analisada com precisão por Hegel, no início do século XIX<sup>2</sup>. Hegel estabelece uma seqüência lógica entre Trabalho e Governo: antes de tudo vem o trabalho, o agir instrumental e a atividade finalizada de cada agente econômico na base da qual se encontra a relação instrumental entre o indivíduo e o objeto de sua necessidade. O universo do trabalho é um conjunto heterogêneo de pessoas dedicadas ao trabalho, cada um empenhado em “lutar” com a natureza, a instrumentalizá-la para satisfazer as próprias necessidades individuais. Neste universo, no qual uma infinidade de homens “age com objetivo” segundo a lógica da divisão-especialização do trabalho, a atividade é muda, silenciosa. Agir de acordo com objetivos significa fazer funcionar mecanicamente o utensílio, a máquina, para atingir a meta pré-fixada. A comunicação é do tipo monológico, vai em uma só direção: do projeto (ou objetivo) ao resultado final, o produto. Entre o projeto e sua realização insere-se a execução, mas trata-se de uma execução mecânica (silenciosa), em que “o fim justifica os meios”.

Por esta razão, Hegel fixa a comunicação propriamente dita no exterior do processo diretamente produtivo, ou seja, estabelece uma diversidade lógica entre agir instrumental e agir comunicativo. A comunicação, a “trama dialógica” entre consciências que está na base do “espírito de um povo”, a reflexão coletiva entre sujeitos empenhados em atividades, tudo isso define o sistema, “invólucro” dentro do qual uma sociedade constrói as relações sociais e redistributivas, as relações jurídicas e institucionais. Por sua vez, o sistema social e político construído sobre a base do agir comunicativo entre

sujeitos econômicos individuais, retroage sobre cada um deles, re-sistemizando-os, por assim dizer. Tanto quanto o trabalho “produz” sua sociedade, suas instituições, seu Governo “por meio de comunicação”, este último reproduz os sujeitos econômicos fixando regras de comportamento, leis, normas, vetos, objetivos coletivos, dispositivos redistributivos.

Dado que o pós-fordismo, diversamente do que acabamos de descrever, não separa mais a produção da comunicação mas faz de sua coincidência a alavanca mesma do desenvolvimento econômico, a primeira coisa a esclarecer é de que tipo de comunicação, ou melhor, de que tipo de linguagem estamos falando.

A linguagem de que falamos é a linguagem que produz organização no interior da esfera do trabalho, no interior da empresa. Para ligar melhor a produção às oscilações do mercado, o processo de trabalho é estruturado de modo a fluidificar ao máximo a circulação das informações, graças às quais poderá responder, em tempo real, às demandas do mercado. A comunicação de informações usará, portanto, uma linguagem ágil, funcional, uma linguagem lógico-formal que permita, no momento mesmo em que transmite informações, aviar atos trabalhistas essenciais para atingir o objetivo.

Este tipo de linguagem deve ser o mais formal possível, isto é, uma linguagem feita de símbolos, signos, códigos abstratos, condição indispensável para permitir, a todos aqueles que colaboram no interior da empresa, interpretá-los de imediato, sem hesitação. Na abstração, na artificialidade da linguagem, assenta-se a possibilidade de que uma força de trabalho em contínuo movimento (e em contínua rotação, sobretudo no vaivém de um mercado de trabalho crescentemente precarizado) possa compreendê-la e, por conseguinte, utilizá-la para responder às “ordens” que as informações comunicam.

Esta linguagem, além do tipo formal (abstrato, artificial, completamente simbólico), deve também ser lógica, pois é em virtude de suas regras e de sua gramática que ela pode ser utilizada no interior da empresa (ou no sistema de “produção em rede”, de várias empresas), ou seja, no interior de uma “comunidade social” na qual o agir de um não deve obstruir o dos outros, mas sim favorecê-lo e potencializá-lo.

A linguagem lógico-formal está na base da “máquina lingüística”

teorizada pelo matemático inglês Alan Turing, em 1936, e encontra-se na origem das tecnologias informáticas hodiernas<sup>3</sup>. A “máquina de Turing” é uma máquina lingüística na qual a organização das regras e da gramática são centrais uma vez que nelas os símbolos se movem em uma “linha de montagem” magnética, passando de um estado a outro, para a frente e para trás.

A organização lingüística do processo produtivo não caracteriza apenas a “máquina de Turing” e as tecnologias informáticas que dela descendem. Os próprios modelos de organização empresarial inspiram-se nos princípios enunciados pelo matemático Alan Turing: ou seja, almejam organizar a empresa como se fosse uma espécie de “banco de dados” capaz de auto-acionar-se com o uso de uma comunicação lingüística despida de obstáculos, maximamente fluida, “interfaceante”<sup>4</sup>.

### **Linguagem como “tecnologia política”**

É fácil entender porque, neste ponto, torna-se importante um confronto com as teorias políticas que utilizaram a linguagem e a comunicação para definir a potencialidade de aprimoramento da democracia. Aludimos à teoria de Jürgen Habermas<sup>5</sup>, cujo principal mérito consiste em ter colocado as grandes questões políticas da democracia e da liberdade no plano da linguagem.

Em Habermas, o “agir comunicativo”, o recurso do poder à mediação lingüístico-discursiva, é o que assegura a possibilidade de justificar e legitimar o Governo da sociedade fazendo referência a interesses e necessidades coletivos, ao interesse geral. É graças à linguagem, segundo a teoria da “democracia discursiva”, que se pode ir além do dado puro e simples, além da norma nua e crua, além do elemento puramente técnico-instrumental.

A mediação lingüística determina a possibilidade de uma busca cooperativa e consensual da verdade. A linguagem que utilizamos contém, segundo Habermas, uma “racionalidade substancial”, uma racionalidade comum a todos os seres e o objetivo da comunicação é fazê-la emergir para organizar e melhorar a sociedade.

Esta racionalidade substancial é semelhante à atividade produtiva de cada homem de que Hegel falava: ela preexistiria ao próprio ato de

comunicar, pertenceria ao “mundo vivido” de cada homem e, como em Hegel a propósito do produto do trabalho, do estado privado passaria, graças à comunicação lingüística, àquele social. O “mundo vivido” privado de cada indivíduo socializa-se por meio de linguagem, de comunicação, de diálogo entre indivíduos. É assim que, graças à comunicação lingüística, os indivíduos organizam o sistema social, político e institucional sem o qual existiria somente a “guerra de todos contra todos”.

Não é possível retomar aqui os fios das críticas desenvolvidas no últimos vinte anos, a esta visão por muitos considerada excessivamente formal ou “ingenuamente iluminista”. Para a análise dos problemas políticos abertos pelo regime pós-fordista é, porém, necessário tocar em algumas questões que a abordagem de Habermas coloca sem, no entanto, resolver.

O uso que Habermas faz da teoria da comunicação é certamente fruto de uma intuição notável, tendo em vista os tempos que corriam quando o filósofo começou a trabalhar em sua teoria, mas é teoricamente insuficiente para compreender os tempos que correm. Em uma entrevista de 1983<sup>6</sup>, Habermas dizia que a sua “guinada lingüística” remonta aos primeiros anos da década de 70, isto é, bem no meio dos “anos de chumbo” e do surgimento das ideologias neo-conservadoras, assim como dos movimentos ecológicos. Para evitar cair no pós-moderno e no anti-moderno ou “tornarmo-nos conservadores duros ou jovens-conservadores selvagens”, Habermas empenhou-se, naqueles anos, na busca de uma saída e a teoria do agir comunicativo parecia um ótimo “expediente” para permanecer na modernidade sem renunciar a levar a termo a missão da modernidade.

A teoria de Habermas encontra sua força na pragmaticidade, no fato que define a comunicação lingüística por aquilo que ela é em uma dada comunidade sócio-lingüística. Ao mesmo resultado chegou Umberto Eco que, na introdução ao seu *I limiti dell'interpretazione*, exprime assim sua tentativa de “pacificação” das lutas em campo lingüístico: “Continuo a pensar que, no interior das fronteiras de uma certa língua, exista um sentido literal das vozes léxicas que é aquele listado em primeiro lugar pelos dicionários, ou aquele que todo homem comum define em primeiro lugar quando lhe perguntam o que significa determinada palavra. Nenhuma teoria da recepção poderia evitar esta restrição preliminar. Qualquer ato de liber-

dade por parte do leitor pode vir depois e não antes da aplicação desta restrição”<sup>7</sup>.

Também para Habermas, a linguagem utilizada comumente na sociedade de democracia liberal é a linguagem que melhor permite comunicar entre sujeitos/cidadãos diversos. Os valores da sociedade liberal são valores compartilhados cuja interpretação não alude necessariamente a significados objetivos (a verdades últimas), mas pelo menos a significados intersubjetivos. O que realmente conta é que se faça uso de noções, palavras, signos socialmente compartilhados e que as palavras utilizadas para comunicar o sejam pelo fato de que a comunidade nelas reconhece a qualidade de verdadeiras. Neste “socialmente compartilhados” reside a pragmaticidade da teoria de Habermas: políticos de extrações diversas podem comunicar entre si desde que se atenham ao significado “etimológico” das palavras que usam, significado que a tradição da democracia liberal consolidou. Se, em seguida, depois de ter encontrado um acordo político, surgirem outros modos de interpretar as palavras com as quais as leis foram elaboradas, aí então os limites desta liberdade estarão inscritos nas regras gramaticais utilizadas para construir o próprio quadro do “conflito democrático”.

No entanto, a insuficiência da teoria habermasiana é dificilmente negável à luz do que tem sido demonstrado pelos anos 90. E trata-se de uma insuficiência de fundo, que se situa na justaposição entre “mundo vivido” e sistema social e institucional<sup>8</sup>. A disponibilidade e a utilização da linguagem não dão, por si só, nenhuma garantia de que o vivido interior passe completamente através do filtro desta mesma linguagem<sup>9</sup>. Se, de fato, é verdade que a linguagem não é algo inato como, suponhamos, o ouvido, mas é uma convenção, uma criação arbitrária e artificial decidida pelos homens e passada de geração a geração, então os recém-nascidos herdaram um meio de comunicação que não lhes pertence naturalmente, que não é congênito, mas sim imposto<sup>10</sup>.

A aprendizagem da linguagem na infância comporta uma violência original pois obriga a calar vivências para as quais não existem palavras, ou seja, a dizer conteúdos não correspondentes à experiência, a ter intenções que não são as próprias. Se, de uma parte, a linguagem permite ao homem

“entrar na História”, de outra, ela é sempre um “filtro” através do qual nem todo o vivido por cada homem consegue passar. Usando palavras de um poeta, “as palavras são prisões sigiladas pelo divino pneuma, o Verdadeiro”. A linguagem é constitutivamente disciplinar, coloca limites, vetos ao “mundo vivido”. Umberto Galimberti sintetizou assim: “A linguagem não reproduz, mas distorce a verdade que, no entanto, não tem outro modo de anunciar-se senão como distorção da linguagem”<sup>11</sup>.

Neste plano - o papel da linguagem na sua qualidade de veículo de socialização - a abordagem de Habermas é carente porque leva a um voluntarismo que se transforma facilmente em ingenuidade política. É um erro construir uma teoria (de valor, portanto, universal) do agir comunicativo sobre a base do pressuposto de que a dimensão discursivo-comunicativa das relações entre sujeitos é um fato objetivo porque “socialmente partilhado”, uma realidade dada independentemente de qualquer reflexão crítica sobre ela. É um pressuposto que, no máximo, pode valer no interior de uma comunidade circunscrita e internamente homogênea como, por exemplo, uma comunidade de professores acadêmicos que trabalham no mesmo terreno disciplinar, ou um grupo político que, com o tempo, desenvolveu uma comunicação habitual. Se pretende ter um alcance geral, representar o agir comunicativo da sociedade em seu conjunto, a teoria de Habermas não é nada mais que uma “robinsonada” transposta para o plano da lingüística<sup>12</sup>. E de fato, Robinson fala a Sexta-Feira em inglês, não trata sequer de saber se seu servo falava uma outra língua antes de encontrar seu amo.

A teoria da democracia coloca sem dúvida a questão das regras necessárias para o governo da democracia, mas efetivamente sem resolver na linguagem os conflitos que a linguagem inevitavelmente determina.

Criticar a teoria do agir comunicativo não significa colocar-se fora do mundo da política “privando-se da palavra”. Significa apenas, mas este “apenas” é crucial, afirmar que no interior da mediação lingüística a existência de cada um é sempre problemática, e é exatamente este caráter problemático que modifica continuamente os pressupostos. Se para Habermas aqueles que criticam a dimensão comunicativa do agir político são uns “exibicionistas vazios”, céticos incuráveis, isto deve-se ao fato de que ele para a sua análise no limiar do agir produtivo, privando-se assim da possi-



bilidade de entender as transformações político-institucionais, ou seja, as transformações dos pressupostos que descendem dos novos modos de produzir.

O mérito da teoria do agir comunicativo de Habermas reside em seus limites, limites que não poderiam ser individuados se não tivéssemos sido obrigados a confrontar-nos com sua proposta de adesão à democracia liberal e às leis de mercado depois da queda do socialismo real. Por outro lado, olhando bem, estes limites constituem a linha ao longo da qual nos movemos hoje no “céu da política”.

### **O curto-circuito**

O irromper da linguagem na esfera produtiva representa um verdadeiro salto no modo de conceber a ciência, a técnica, o trabalho produtivo. Muito se escreveu a propósito da tecnicização, da mecanização do mundo, do fato que com a economia de mercado a única racionalidade concebível é a racionalidade econômica para a qual existe um único modo de agir, o agir instrumental.

O agir instrumental é o agir não com base em valores compartilhados, mas com base em um cálculo cujos elementos reduzem-se à medida da adequação do meio ao fim, um cálculo racional. O agir instrumental descende do pensamento calculante, daquela racionalidade que exclui juízos de valor, relegando-os à esfera da comunicação enquanto esfera separada, literalmente esfera do “parlamento”, da mediação discursiva. Como escreveu MacIntyre: “A razão é calculadora. Ela pode estabelecer verdades de fato e relações matemáticas, mas nada mais. No campo da prática pode falar apenas de meios. A propósito dos fins deve calar-se”<sup>13</sup>.

Com a entrada em produção da comunicação esta separação, ou dicotomia, entre esfera do agir instrumental e esfera do agir comunicativo é revirada, desequilibrada. O trabalho pós-fordista é um trabalho altamente comunicativo, necessita de um alto grau de capacidades “lingüísticas” para poder ser produtivo, pressupõe qualidades atinentes à capacidade de usar atos simbólicos “quaisquer que sejam” (e portanto não necessariamente de tipo informático, mas de qualquer tipo, mesmo puramente sensorial-intuitivo). Isto significa que é no próprio processo produtivo que reside aquela capaci-

dade de generalização, aquele ir além do dado, além do ato instrumental-mecânico que a linguagem permite efetuar.

Pode-se intuir em que sentido a entrada em produção da comunicação coloca em crise, ou de qualquer modo problematiza, a forma política da democracia herdada do fordismo. A superposição entre agir instrumental e agir comunicativo, a coincidência de produção e comunicação, torna complexa, de fato, a passagem institucional dos interesses individuais aos interesses coletivos. A passagem tipicamente partidária da representação dos interesses de categoria, classe ou camada, de grupo social ou étnico, no plano da mediação institucional apresenta-se *ab origine* sempre mais difícil. Cada um tende a representar-se por si mesmo; a aprendizagem das técnicas comunicativas no interior do processo trabalhista-produtivo parece bastar para salvaguardar os próprios interesses (Berlusconi ensina). O empresário, justamente como tal, faz-se político, sujeito de Governo, superando a separação, típica da democracia representativa, entre esfera econômica e esfera política. A sua paradoxal “confiabilidade”, a sua “investidura”, deriva do fato de ser, contemporaneamente, sujeito do agir instrumental e do agir comunicativo. Pode dizer mentiras (sobretudo quando uma classe política inteira é perseguida penalmente) porque, hobbesianamente, a mentira faz parte do arsenal linguístico-comunicativo que utiliza para produzir bens e serviços, especialmente quando estes bens são, por sua definição, “bens representativos”, imagens de mundo.

A crise da coesão social e a proliferação de formas de auto-representação política (que, paradoxalmente, não faz senão revelar, no aumento quantitativo das listas eleitorais, o déficit qualitativo de representação partidária) têm origem na “guinada lingüística” que contagiou a esfera da produção depois de ter sido característica do âmbito artístico e cultural, do universo científico e, enfim, com Habermas, da esfera do político.

A função, hoje indispensável, da mediação linguístico-comunicativa em qualquer operação produtiva, determina a necessidade absoluta de alguma solução política, de alguma forma governo da atividade econômica, mas as soluções políticas que têm sido cogitadas parecem destinadas à evanescência, têm vida breve apenas pelo fato de serem soluções circunscritas ao agir instrumental deste ou daquele setor empresarial, deste ou

daquele interesse econômico.

A dificuldade de encontrar, em época pós-fordista, um nível de mediação supra-individual, um plano sobre o qual consolidar compromissos e consensos duradouros, decorre do curto-circuito entre agir instrumental e agir comunicativo.

No agir instrumental, a relação entre meios e fins é de tipo mecânico; uma vez fixado o objetivo que se quer atingir, uma vez decidido o que se quer produzir para maximizar os próprios interesses, a execução do projeto é unívoca e unilateral. A decisão é racional no sentido do cálculo das vantagens e dos inconvenientes e, embora o cálculo seja limitado, é sempre um cálculo. Todo o resto, as outras ações, os outros comportamentos não entram na decisão, mas somente no reflexo, no irracional.

Comparado ao agir instrumental, o agir comunicativo é tudo menos um agir retilíneo que conjuga meios e fins. A natureza, como notou Einstein, não é um texto unívoco, como acreditavam os cientistas da tradição newtoniana para os quais bastava ler a própria natureza, escutar suas leis internas para derivar linearmente a legalidade científica do mundo físico. A experiência da pesquisa teórica demonstrou, de fato, que a natureza é antes um texto equívoco, que pode ser lido segundo modalidades alternativas. Se, de um lado, o mundo, interno e externo, simplesmente não fala, de outro, o fato de que somos nós, os nossos vocabulários que o fazem falar, leva à construção de visões múltiplas do próprio mundo, pluralidade de mundos teoricamente correspondentes à pluralidade de sujeitos que estes mundos inventam<sup>14</sup>.

Portanto, o uso instrumental da comunicação põe em atrito o agir instrumental e o agir comunicativo, método linear e método pluridimensional, o Uno e o múltiplo. Uma vez decidido o objetivo produtivo que se quer atingir, os fins e os meios para atingi-lo podem modificar-se ao longo do caminho, de modo que, no final do processo produtivo, o resultado pode ser notavelmente diverso daquele projetado originalmente. Aqui se encontra, na raiz, a dificuldade inerente à construção de uma forma de governo durável, capaz de permitir a fixação de regras e normas (fictícias se assim o quiserem, mas sempre regras) para a gestão consensual da multiplicidade de interesses que constelam a sociedade.

Da certeza da época passada, passamos às perguntas e a um estado

permanente de interrogação. Continuamos a interrogar-nos por que as respostas para os problemas que se vão colocando diante de nós não somente são múltiplas (o que, por si só, já constitui um formidável enriquecimento potencial da vida), mas também cada vez mais dificilmente socializáveis, conversíveis umas às outras. No auge do desenvolvimento da “sociedade da comunicação” temos a crise da própria comunicação.

A passagem das certezas à provisoriedade, da programabilidade à ocasionalidade é, portanto, um momento de crise estrutural destinado a durar ainda muito tempo. A reestruturação pós-fordista foi obrigada, “apesar dela mesma”, a interiorizar a comunicação. O perigo está em não ver a origem precisa da crise da democracia representativa herdada do fordismo. O perigo está em não querer redefinir sobre esta base as categorias da política, em não querer atravessar esta crise inovando os instrumentos de análise, os modos de pensar, as formas organizativas da democracia representativa dentro da qual crescemos.

O Poeta, literalmente aquele “que faz”, que trabalha com as palavras, já o tinha entendido há muito tempo. Ao comentar Hölderlin, cuja poesia “é para nós um destino”, Heidegger escreveu: “A linguagem, o campo da ‘ocupação mais inocente de todas’, é o ‘mais perigoso dos bens’.(...) Ela é o perigo de todos os perigos, porque apenas ela cria a possibilidade de um perigo”<sup>15</sup>.

Tradução **Ellana Aguiar**

## Notas

<sup>1</sup> André Gorz, *Métamorphoses du travail. Quête du sens. Critique de la raison économique*, Éditions Galilée, Paris, 1988, pp. 25-37. Ver também *Memorie di classe*, de Zygmunt Bauman, Einaudi, Turim, 1987, em particular a Introdução e o capítulo II.

<sup>2</sup> V.P. Virno, *Convenzione*, pp. 81-85.

<sup>3</sup> Sobre a “máquina de Turing” como “princípio” de base das novas tecnologias, ver Joseph Weizenbaum, *Il potere del computer e la ragione umana, i limiti dell'intelligenza artificiale*, Gruppo Abele, Torino, 1987.

<sup>4</sup> Em *La machine univers, création, cognition et culture informatique*, La Découverte, Paris, 1987, Pierre Lévy dedica belas páginas ao paralelismo entre a teoria filosófica da linguagem de Ludwig Wittgenstein e aquela dos fundadores da informática Wiener ou McCulloch. A diferença essencial está no fato de que, enquanto o filósofo está, de algum modo, sempre intrigado com o indizível e com seu elemento “místico”, os teóricos das linguagens informáticas, mesmo permitindo que as próprias linguagens proliferem, param a cada vez que as linguagens não são lógico ou formalmente traduzíveis. “Les cybernéticiens conçoivent l'homme comme un automate logique traitant de l'information. Ils se sont donc arrêtés au dicible et, oubliant qui ils étaient, ils ont négligé l'inexprimable que leur montrait Wittgenstein” (p. 129). Roberta De Monticelli chegou a conclusões análogas, embora exclusivamente no terreno linguístico, em seu *Dottrine dell'intelligenza. Saggio su Frege e Wittgenstein*, De Donato, Bari, 1981.

<sup>5</sup> J. Habermas, *Teoria dell'agire comunicativo*, Il Mulino, Bolonha, 1986, 2 vol.; *Il discorso filosofico della modernità*, Laterza, Bari, 1987. Muito úteis são as atas de um debate sobre Habermas reunidas no volume: Marcello Ostinelli, Virginio Pedroni (org.), *Fondazione e critica della comunicazione. Studi su Habermas*, Angeli, 1992.

<sup>6</sup> Citada por por Giorgio Agazzi em sua *Introduzione a Jürgens Habermas. Etica del discorso*, Laterza, Roma-Bari, 1989, p.13.

<sup>7</sup> U. Eco, *I limiti dell'interpretazione*, Bompiani, Milão, 1990, p. 9 (ver também pp. 266-267 e pp. 336-338). É curioso que Umberto Eco tenha se sentido no “dever” de colocar limites, por assim dizer, “objetivos” à interpretação do texto depois de, como ele mesmo admitiu, ter contribuído para sua “retirada” cerca de trinta anos atrás, legitimando, a contragosto, as teorias de Jacques Derrida. Curioso é que isto coincida com a crise dos limites da interpretação causada pela entrada em produção da comunicação, que Eco sequer menciona. Parece uma tentativa desesperada de manter-se firme no quadro iluminista, colocado em perigo pela revolução pós-fordista. Não se discute aqui a necessidade de limites, discute-se ao contrário a

esfera ou o novo terreno sobre o qual estes limites são de alguma maneira redefinidos ou pelo menos individuados.

<sup>8</sup> Ver Jacques Bidet, *Théorie de la modernité*, PUF, Paris, 1990, pp. 96-118.

<sup>9</sup> A. Gorz, em seu *Métamorphoses* (op. cit.), dedica a Habermas um capítulo inteiro e sua crítica parece aceitável (cf. pp. 212-220). Exceto, como veremos em seguida, a propósito do trabalho na esfera reprodutiva, por trazer Habermas de volta pela porta principal, demonstrando não ter conseguido seguir até ao fundo o raciocínio sobre a interpenetração entre agir instrumental e agir comunicativo. É, se fosse o caso, uma demonstração ulterior da força de atração de Habermas, força esta que reaparece assim que a análise crítica deve ir além das fronteiras das categorias políticas da tradição.

<sup>10</sup> Ver a este propósito, de P. Virno “Il linguaggio in mezzo al guado”, em *Luogo Comune*, II, n. 2, 1991, em que Virno retoma o estudo de Giorgio Agamben (*Infanzia e Storia*) sobre a não naturalidade da linguagem herdada (semelhante, neste ponto, à crítica de Gorz a Habermas). Além disso, esta postura remonta às primeiras teorias da lingüística do estudioso americano William Dwight Whitney (*La vita e lo sviluppo del linguaggio*, Rizzoli, Milão, 1990) de 1876. Ver também de Giorgio Agamben, “La cosa stessa” em Gianfranco Dalmaso (org.), *Disegno, la giustizia nel discorso*, Jaca Book, Milão, 1984: “A estrutura pressuponente da linguagem é a própria estrutura da tradição; nós pressupomos e traímos (no sentido etimológico e no sentido comum) a coisa mesma da linguagem, para que a linguagem possa levar a algo. O ir ao fundo da coisa mesma é o fundamento sobre o qual somente algo como a tradição pode constituir-se” (p. 9). Ou seja, utilizando a linguagem da crítica econômica, que antes de transformar os valores em preços é preciso produzir valor, isto é, “trazer à luz” o trabalho vivo, subjetivo do homem, aquilo que de qualquer maneira pressupõe a forma “tradicional” da relação salarial. O problema é, portanto, sempre a transformação, o ir além da forma.

<sup>11</sup> Umberto Galimberti, *Parole nomadi*, Feltrinelli, Milão, 1994, p. 99.

<sup>12</sup> É esta a crítica a Habermas desenvolvida por Emanuele Severino em seu *La tendenza fondamentale del nostro tempo*, Adelphi, Milão, 1988, pp. 89-109.

<sup>13</sup> Citado em Habermas, *Etica del discorso*, p. 49.

<sup>14</sup> Cfr. Giorgio Gargani, *Stili di analisi, L'unità perduta del metodo filosofico*, Feltrinelli, Milão, 1993.

<sup>15</sup> Martin Heidegger, *La poesia di Hölderlin*, Adelphi, Milão, 1981, pp. 43-46.

■.....Christian Marazzi é doutor em Economia. Lecionou na *Università di Padova*, na *State University of New York* e na *Université de Lausanne*. Atualmente leciona na *Université des Sciences Économiques et Sociales de Genève*.